

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIO - MG

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2015

1. Apresentação

A Prefeitura do Município de Cláudio, Estado de Minas Gerais, esta sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e controle externo, a cargo do Poder Legislativo Municipal com apoio técnico do Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao que dispõe nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 101/00 e Instruções Normativas do Tribunal em especial 08/2008 e 05/2009 do TCE/MG, passa a apresentar o Relatório do Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas 2015.

O órgão de Controle Interno do Município de Cláudio foi criado pela Lei Municipal nº 1.059 de 22 de março de 2005. O cargo de Controlador Geral foi ocupado durante o ano de 2015 por servidora nomeada pela Portaria de nº 138 de 02 de maio de 2014.

2. Introdução

O exercício de 2015 não foi diferente dos últimos em relação às receitas, não havendo crescimento esperado, mas a administração tem se esforçado na redução de gastos, cumprindo com eficácia os percentuais obrigatórios de despesas com saúde, educação, pessoal e assistência social. O Município tem trabalhado com responsabilidade, mas faltam alguns pontos a serem corrigidos, como a organização do almoxarifado, que existe, mas com um estoque mínimo, somente para atender a demanda do dia a dia, alguns convênios e os restos a pagar não processados vinculados da Administração anterior, mas que estão sendo executados dentro do possível.

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 demonstra um orçamento com uma expectativa receita acima do que poderia ocorrer e a despesa empenhada excedeu a receita arrecadada, mas não ultrapassou o limite estabelecido na Lei Orçamentária, como poderá ser analisado nos quadros demonstrativos abaixo.

3. Análise dos textos legais

Em conformidade com o texto constitucional, a Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, as Instruções do TCEMG, e a legislação municipal, o Controle Interno do período acompanhou dentro daquilo que lhe coube, a legalidade dos atos que geraram receitas e às despesas públicas, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações junto ao Poder Executivo do Município de Cláudio.

4. Apresentação em conformidade com as determinações da Instrução Normativa 07/2007 do TCEMG

4.1 Gestões Orçamentária: Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A arrecadação de receitas do município não atingiu o esperado conforme se verifica no quadro abaixo:

Bimestre	Meta de arrecadação	Receita arrecadada	Diferença
1º	12.518.598,04	9.222.529,77	(3.296.068,27)
2º	11.845.174,29	7.840.007,57	(4.005.166,72)
3º	10.918.562,30	10.634.806,47	(283.755,83)
4º	9.607.516,86	8.604.751,14	(1.002.765,72)
5º	9.380.401,29	8.007.241,67	(1.373.159,62)
6º	13.449.747,22	10.283.358,55	(3.166.388,67)
Total	67.720.000,00	54.592.695,17	(13.127.304,83)

4.2. Avaliação dos resultados quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Na avaliação do cumprimento das metas com eficácia, eficiência e efetividade, é possível constatar durante avaliação do exercício 2015 que:

- Não foram atingidas pela administração as metas propostas de arrecadação para o exercício
- Os gastos realizados não foram compatíveis com a receita arrecadada, mas não ultrapassou o limite autorizado na Lei Orçamentaria e as ações na medida do possível efetivamente realizadas;

4.3. Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal

O resultado Primário que avalia a capacidade imediata de pagamento das despesas, apresentou um valor de **(R\$ 9.579.124,49)** (Nove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos). Esse fato se deu devido a queda das receitas desequilibrando as despesas que subiram muito em razão da crise econômica que o país vem enfrentando principalmente na Saúde que sempre aumentam e mais ainda devido ao Surto de Dengue no Município.

O Resultado Nominal apresentou um valor de **(R\$ 3.126.927,02)** (Três milhões cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e dois centavos). Que avalia a capacidade do Município de pagamentos de Dívidas a longo prazo. Vale ressaltar que todos os parcelamentos da Dívida Fundada estão em dia. Os Restos a pagar Processados de exercícios anteriores foram pagos em sua maioria, os não processados referentes aos convênios anteriores já foram executados, em alguns casos cancelados e outros reprogramados para execução.

4.4. Elaboração do Orçamento

A LOA configurou no Município de Cláudio um instrumento de planejamento otimista de receita e despesa. A LOA de Cláudio para o exercício financeiro de 2015, foi elaborada atendendo as disposições contidas na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº.1.396 de 27 de maio de 2014 - LDO, tendo sido sancionada por meio da Lei Orçamentária nº. 1.418 de 30 de dezembro de 2014 - LOA, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2015.

A receita do Município foi estimada em R\$ 67.720.000,00 (Sessenta e sete milhões, setecentos e vinte mil reais) e a despesa foi fixada em igual valor. Sendo que para o Poder Executivo foi fixada em R\$ 65.170.000,00 (Sessenta e cinco milhões, cento e setenta mil reais) e para o Legislativo R\$ 2.550.000,00 (Dois milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).

Lei Orçamentária – Exercício 2015

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	Valor (R\$)	DESPESAS FIXADAS POR CATEGORIA	Valor (R\$)
Receitas Correntes	65.092.875,40	Despesas Correntes	52.804.149,07
Receitas de Capital	10.158.124,60	Despesas de Capital	14.745.850,93
9.175.Deduções do FUNDEF	7.531.000,00		
Soma da Receita	67.720.000,00	Soma da Despesa	67.550.000,00
		Reserva de Contingência	170.000,00
Total	67.720.000,00	Total	67.720.000,00

4.5. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, LRF e demais legislações pertinentes.

Como pode ser observado no quadro abaixo:

MUNICÍPIO: CLAUDIO

Vrs:160315.1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2015

QUADRO PRINCIPAL					2015
					Valores em R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)		57.551.875,40	57.551.875,40	48.921.772,60	-8.640.102,80
Receita Tributária		7.024.856,00	7.024.856,00	6.108.502,68	-916.353,32
Receita de Contribuições		970.000,00	970.000,00	1.266.608,13	296.608,13
Receita Patrimonial		301.848,60	301.848,60	455.791,60	153.943,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		48.246.924,40	48.246.924,40	40.198.765,13	-8.048.159,27
Outras Receitas Correntes		1.018.236,40	1.018.236,40	892.105,06	-126.131,34
Receitas de Capital (II)		10.158.124,60	10.158.124,60	5.670.922,57	-4.487.202,03
Operações de Crédito		8.000.000,00	8.000.000,00	5.393.416,08	-2.606.583,92
Alienação de Bens		0,00	0,00	4.581,49	4.581,49
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital		2.158.124,60	2.158.124,60	272.925,00	-1.885.199,60
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		67.720.000,00	67.720.000,00	54.592.695,17	-13.127.304,83
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		67.720.000,00	67.720.000,00	54.592.695,17	-13.127.304,83
Déficit (VII)				5.745.976,97	5.745.976,97
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		67.720.000,00	67.720.000,00	60.338.672,14	-7.381.327,86
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00

							Valores em R\$
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes (IX)		52.804.149,07	55.876.532,19	48.421.737,81	48.821.863,31	46.438.511,89	6.454.794,38
Pessoa e Encargos Sociais		28.422.964,18	29.263.438,12	28.567.266,44	28.567.266,44	25.543.968,79	2.696.172,68
Juros e Encargos da Dívida		478.700,00	260.200,00	232.814,75	232.814,75	232.814,75	27.385,25
Outras Despesas Correntes		23.902.784,89	26.352.893,07	22.621.656,62	22.021.782,12	19.661.728,35	3.731.236,45
Despesas de Capital (X)		14.745.850,93	16.325.510,37	10.916.934,33	10.037.449,43	9.431.308,35	5.408.576,04
Investimentos		14.311.750,93	15.927.428,18	10.595.977,95	9.716.493,05	9.110.351,97	5.331.450,23
Inversão Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		434.100,00	398.082,19	320.956,38	320.956,38	320.956,38	77.125,81
Reserva de Contingência (XI)		170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de RPPS (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)		67.720.000,00	72.202.042,56	60.338.672,14	58.859.312,74	54.869.820,24	11.863.370,42

MUNICÍPIO: CLAUDIO

Vrs:160315.1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2015

Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	67.720.000,00	72.202.042,56	60.338.672,14	58.859.312,74	54.869.820,24	11.863.370,42
Superávit (XVI)						0,00
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	67.720.000,00	72.202.042,56	60.338.672,14	58.859.312,74	54.869.820,24	11.863.370,42

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS	Nota	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		em exercícios anteriores	em 31 de dezembro				
		(a)	(b)				
Despesas Correntes		0,00	558.590,06	509.310,29	509.310,29	49.279,77	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	645,84	645,84	645,84	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		0,00	557.944,22	508.664,45	508.664,45	49.279,77	0,00
Despesas de Capital		85.789,39	623.690,81	645.134,61	645.134,61	64.345,59	0,00
Investimentos		85.789,39	623.690,81	645.134,61	645.134,61	64.345,59	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		85.789,39	1.182.280,87	1.154.444,90	1.154.444,90	113.625,36	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Restos a Pagar PROCESSADOS e Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Nota	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		em exercícios anteriores	em 31 de dezembro			
		(a)	(b)			
Despesas Correntes		972,02	1.448.177,42	1.425.844,42	972,02	20.333,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	312.198,05	312.198,05	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		972,02	1.133.979,37	1.113.646,37	972,02	20.333,00
Despesas de Capital		715.732,88	91.125,33	168.658,29	613.371,76	24.828,16
Investimentos		715.732,88	91.125,33	168.658,29	613.371,76	24.828,16
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		716.704,90	1.537.302,75	1.594.502,71	614.343,78	45.161,16

Página 2

O valor da receita orçada para o exercício foi de **R\$ 67.720.000,00** (Sessenta e sete milhões e setecentos e vinte mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de **R\$ 54.592.695,17** (Cinquenta e quatro milhões, quinhentos e noventa dois mil, seiscentos e noventa cinco reais e dezessete centavos), ou seja, **80,62%** da previsão inicial. Ocorrendo uma diferença negativa entre a receita orçada e a efetivamente arrecadada de **R\$ 13.127.304,83** (Treze milhões, cento vinte sete mil, trezentos e quatro reais e oitenta e três centavos).

No exercício de 2015 o maior destaque da arrecadação verificada considerando o percentual realizado em relação à previsão inicial, foram os seguintes:

Receita	Previsto	Arrecadado	% do Arrecadado (aprox.)
Quota-Parte do FPM	21.530.000,00	17.183.336,00	79,50%
Quota-Parte do ICMS	12.500.000,00	9.429.457,04	75,44%
Transferência do FUNDEB	10.700.000,00	9.655.276,20	90,24%
Quota-Parte do IPVA	3.300.000,00	2.778.603,21	84,21%
Transferências do SUS	2.820.000,00	2.641.087,00	93,66%
ISSQN	2.000.000,00	1.784.349,24	89,22%
IPTU	2.000.000,00	1.645.243,49	82,27%
IRRF	900.000,00	945.247,91	105,03%
Contribuição Custeio do Serviço de Iluminação Pública	970.000,00	1.266.608,13	130,58%

A Administração tentou trabalhar com responsabilidade e economia na execução orçamentária atendendo as determinações legais.

4.6. Créditos Adicionais Suplementares e Especiais

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, não chegou a usar o limite de **20,00%** autorizado pela Lei nº 1.418 de 30 de dezembro de 2014, as fontes de recursos foram em sua maioria anulação de dotações e excesso de arrecadação verificado por fonte.

Para abertura de “Créditos Especiais Suplementares” em todos os casos foram abertos por Leis específicas:

- Lei nº.1.423 de 06/03/2015 onde autoriza o valor de R\$ 2.089.448,22 (Dois milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta oito reais e vinte dois centavos) - Fonte de Recursos - Superávit Financeiro;

- Lei nº.1.425 de 25/03/2015 no valor de R\$1.461.964,45 (Um milhão quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos sessenta quatro reais e quarenta e cinco centavos) - Fonte de Recursos - Superávit Financeiro

- Lei nº. 1.427 de 27/04/2015 no valor de R\$ 602.529,89 (Seiscentos e dois mil quinhentos e vinte nove reais e oitenta nove centavos) - Fonte de Recursos – Superávit Financeiro

- Lei nº. 1.435 de 26/08/2015, no valor de R\$ 54.017,81(Cinquenta e quatro mil dezessete reais e oitenta um centavos) - Fonte de Recursos – Anulação de dotações;

- Lei nº. 1.438 de 05/11/2015 no Valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) - Fonte de Recursos - Anulação de dotação;

- Lei nº.1.442 de 10/11/2015 no valor de R\$ 14.487,06 (Quatorze mil, quatrocentos e oitenta sete reais e seis centavos) - Fonte de Recursos - Anulação de Dotações.

5. Gestão Financeira: Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Através da demonstração abaixo é possível vislumbrar um comparativo em relação à receita arrecadada nos últimos três exercícios.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA Exercícios de 2012, 2013, 2014

ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação 2013(R\$)	Arrecadação 2014(R\$)	Arrecadação 2015 (R\$)
Receitas Correntes (-dedução FUNDEF)	41.940.958,04	47.116.597,18	48.921.772,60
Receitas de Capital	441.738,16	3.786.286,26	5.670.922,57
TOTAL	42.382.696,20	50.899.883,44	54.592.695,17

5.1 Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Da mesma forma é possível vislumbrar o quadro de despesas:

COMPARATIVO DE DESPESA REALIZADA EXERCÍCIO DE 2013, 2014, 2015			
EXERCÍCIO	2013	2014	2015
ESPECIFICAÇÃO	Realizada	Realizada	Realizada
Despesa Corrente	R\$ 37.637.541,12	R\$ 48.235.624,05	R\$ 49.421.737,81
Despesa de Capital	R\$ 2.337.872,65	R\$ 1.640.968,63	R\$ 10.916.934,33
Total	R\$ 39.975.413,77	R\$ 49.876.592,68	R\$ 60.338.672,14

A crescente exigência de serviços pela população, aliada ao crescimento populacional e demográfico, exige do Município um controle de gastos e a crise econômica em que atravessa o país tem trazido dificuldades para atender a todos.

5.2 Cumprimento dos limites e condições para realização de Operação de Crédito

Foram realizadas repasses dos contratos de Financiamento do PACII, CT nº 039900-16 e CT 0400332-76 no valor de R\$ 5.393.416,08 (Cinco milhões trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos) cujo objeto são obras de infraestrutura urbana no Município, Distrito e Povoados, não ultrapassando o limite estabelecido no Artigo 59, § II da Lei 101 de 2000 – Lei de responsabilidade Fiscal.

5.3 Reserva de Contingência

A Reserva de Contingência foi usada para suplementação de dotações nos Decreto de nº 095, da Lei 1.418 - LOA - Lei Orçamentaria Anual valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) e Decreto 084 da Lei 1.438 de 05/11/2015 - valor de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)

6. Avaliação da aplicação dos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do ensino, Ações de Saúde e Despesas com Pessoal.

6.1. Aplicação no Desenvolvimento do Ensino

APLICAÇÃO NO ENSINO EXERCÍCIO DE 2015	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	35.531.608,17
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.906.487,05
Percentual Aplicado no Ensino Fundamental (CF*25%)	27,88%

Os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

6.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB –
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação
EXERCÍCIO DE 2015**

TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício + rentabilidade e aplicação financeira	9.764.188,57
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profissionais do Magistério (60%)	9.239.288,63
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério * 100%	94,62%

Os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

7. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

No exercício de 2015 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, índice superior, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

TÍTULOS	VALOR
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos	35.531.608,17
Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde com recursos próprios [percentual = *100]	11.006.508,11
Percentual Aplicado na Saúde (CF*15%)	30,97%

8. Realização de Despesas com Pessoal

PESSOAL LIQUIDADADO ÚLTIMOS 12 MESES -2015		
Poder Executivo/Legislativo		
Receita Corrente Líquida	48.921.772,80	
Despesa no Limite Prudencial com Pessoal Executivo	25.096.869,34	51,30%
Despesas Aplicadas com o Pessoal e Encargos Executivo	24.746.236,84	50,58%
Despesas com o Poder Legislativo no Limite Prudencial	2.788.541,04	5,70%
Despesas Aplicadas com Pessoal e Encargos Legislativo	1.129.029,55	2,31%
Limite Prudencial Geral	25.096.869,34	57,00%
Total Geral	26.189.145,28	53,53%

Os gastos com pessoal permaneceram dentro do desejável e recomendado pela Responsabilidade fiscal.

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2015	
HISTÓRICO	INGRESSO
Saldo de exercício anterior	59.869,72
Alienações exercício de 2015	4.581,49
Rendimentos Aplicação Financeira	2.052,67
Despesas de Capital c/ alienação de ativos	59.000,00
Saldo para o exercício seguinte	7.503,88

Houve recurso arrecadado no exercício financeiro de 2015, oriundos da alienação de bens imóveis que foram objeto de leilão público realizado pelo Processo 344/2012 - Leilão 003/2012 e aplicações no mercado financeiro.

Foi pago parte das despesas da Reforma da Escola Geraldo Eugênio Toledo, na Comunidade Rural de Corumbá, neste Município, através do Sub - empenhos: 2544/001 – no valor de R\$ 36.954,31 (Trinta e seis mil, novecentos e cinquenta quatro reais e trinta e um centavos) e 2544/002 – no valor de R\$ 22.045,69 (Vinte e dois mil, quarenta e cinco reais e sessenta nove centavos) totalizando o valor de R\$ 59.000,00.

10. Observância ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO DE CLÁUDIO Exercício 2015		
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributária arrecadadas em 2014.	Limite Máximo de Repasses 7% das receitas arrecadadas em 2014, conforme primeira coluna.	Repasse Realizado - 2015
R\$ 34.565.473,97	R\$ 2.419.583,18	R\$ 2.396.572,82

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/2000. O Poder Executivo respeitou as datas para repasse e o limite constitucional de acordo com a proporção fixada.

No exercício de 2015 o Poder Legislativo devolveu aos cofres públicos do Município o valor de **R\$ 1.120.000,00 (Um milhão e cento e vinte mil reais)**.

11. Gestão Financeira: Observância dos Limites de inscrição em Restos a Pagar 2015;

RESTOS A PAGAR /2015	PROCESSADOS	DISPONIBILIDADES	SALDOS +/-	NÃO PROCESSADOS	TOTAL RP/2015
2015 - Prefeitura Municipal	3.989.492,50	2.733.031,03	(2.846.633,06)	1.471.496,40	5.460.988,90
VINCULADOS	1.590.170,91	2.675.223,85	1.085.052,94	1.114.675,89	2.704.846,80
NÃO VINCULADOS	2.399.321,59	57.807,18	(3.931.686,00)	356.820,51	2.756.142,10
2015 - Câmara Municipal	0,00	29.211,87	29.211,87	7.863,00	7.863,00
NÃO VINCULADOS	0,00	29.211,87	29.211,87	7.863,00	7.863,00

O quadro demonstra a dificuldade que o Município esta enfrentando com a crise econômica no país, se verificar os valores de Restos a pagar vinculados aos Recursos Próprios do Município. Caso a situação financeira não se restabeleça será necessário um ajuste de gastos, até mesmo corte em despesas com pessoal, pois o exercício de 2016 será o ultimo do mandato conforme artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/2000.

O total da dívida fluante consolidada incluindo os Restos a Pagar de 2015 e exercícios anteriores totaliza um valor **R\$ 6.056.136,46** (Seis milhões cinquenta e seis mil, cento e trinta seis reais e quarenta e seis centavos).

A dívida Fundada Interna Prefeitura Municipal totaliza **R\$ 6.938.420,84** (Seis milhões, novecentos trinta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos.)

11.1. Cobrança da Dívida Ativa

No exercício de 2015 a execução da cobrança administrativa/judicial ingressou em juízo com ações de execução fiscal, após regular citação, representaram o valor de **R\$ 508.621,33** (Quinhentos e oito mil, seiscentos e vinte um reais e trinta e três centavos) mais juros e multas no valor **R\$ 235.275,69** (Duzentos e trinta cinco mil, duzentos e setenta cinco reais e sessenta e nove centavos).

12. Gestão Patrimonial: Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

A concessão de subvenções foi liberada em conformidade com a com a Lei 1.419 de 30/12/2014 e nem todas as entidades que solicitaram foram atendidas, devido as dificuldades financeiras do Município.

12.1 Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Não ocorreu nenhum fato de danos ao erário no exercício 2015.

12.2 Bens Patrimoniais.

Os bens patrimoniais estão sendo regulamentados dentro do possível, foi feito um leilão regulamentado pela Lei 1.444 de 24/11/2015 no dia 12/12/2015 e foi vendido somente um lote no valor de R\$ 38.000,00, não obtendo êxito esperado.

13. Conclusão.

O Controle Interno atual avaliou o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município de Cláudio, concluiu que o Orçamento do Município se comparado a exercícios anteriores e atual vem sofrendo quedas bruscas na Receita, principalmente no exercício atual, ainda assim o Município conseguiu aplicar os índices na Saúde, Educação, Fundeb e Folha Pagamento. Priorizando sempre o pagamento dos funcionários que não atrasou em nenhum mês. Os Restos a Pagar excederam a disponibilidade financeira, mas, não há como fazer cortes de despesas de uma vez, isso esta sendo feito de forma gradativa, onde foram rescindidos alguns contratos de prestação de

serviços. O Gestor junto a Administração continua buscando formas de economia e atender ao mesmo tempo aos cidadãos em geral.

As audiências Públicas foram realizadas junto a Câmara Municipal de Vereadores a cada quadrimestre do referente ano atendendo ao Art. 48, paragrafo único da Lei 101/2000.

Este Relatório, bem como a Prestação de Contas, buscou atender além das exigências da Instrução Normativa do TCMG, a todos os mandamentos legais.

É o que coube ao órgão de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

Cláudio, 29 de março de 2016.

Maria da Consolação Pereira
Controladora Geral-Nomeada pela
Portaria nº 138 de 02 de maio de 2014.